



COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO – PACTO GLOBAL EMLASA 2014

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA - Emplasa

Rua Boa Vista, 170, 1º e 2º andares (bls. 1 e 2) e 3º andar (bl. 1), Centro – São Paulo-SP

Telefones: +55 11 3293 5480 e 3101 9660

E-mail: pcsouza@sp.gov.br

MISSÃO

A Emplasa é a empresa de planejamento metropolitano do Estado de São Paulo com atuação nas unidades regionais instituídas (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões), hoje focada no território da Macrometrópole Paulista. Está voltada para a formulação e implementação de políticas públicas e projetos integrados de desenvolvimento regional, abrangendo projetos e ações dos órgãos setoriais dos três níveis de governo, visando assegurar a competitividade econômica desse território, nas esferas nacional e internacional, reduzir as desigualdades socioespaciais e melhorar a qualidade de vida da população.

VISÃO

É uma entidade de referência nacional e internacional na utilização de recursos avançados no planejamento, formulação e implementação das políticas públicas, projetos e ações.

VALORES E OBJETIVOS

- Integrar setorial, institucional e espacialmente os projetos e ações para o território da Macrometrópole Paulista.
- Assessorar o Governo do Estado na formulação e na articulação de políticas públicas, planos e projetos de desenvolvimento regional.
- Desenvolver sistemas de informação georreferenciada para processo contínuo de acompanhamento e renovação do planejamento, assegurando competência, eficiência e eficácia aos projetos e ações do Governo do Estado de São Paulo.
- Produzir e manter o Sistema Cartográfico Metropolitano.
- Assegurar a acessibilidade e a transparência dos projetos e ações, preservando seu compromisso com o bem público e a cidadania.

CAMPOS DE ATUAÇÃO

- Institucional
- Bases do Planejamento
- Planejamento
- Projetos Urbanos
- Gestão e Administração



Período coberto pela Comunicação de Progresso (COP)

De abril de 2013 a junho de 2015

Carta do Presidente

São Paulo, 15 de maio de 2015

Exmo. Ban Ki-Moon
Secretário-Geral
Nações Unidas
Nova Iorque, NY 10017
EUA

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral,

É com imensa satisfação que reafirmamos nosso compromisso com o Pacto Global e nossa intenção de continuar promovendo seus 10 princípios – já incorporados à cultura da Emplasa.

Ao longo de sua história, a Emplasa sempre tratou de questões territoriais. Inicialmente, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Hoje, desse vasto território que é a Macrometropole Paulista (MMP), integrado, também, pelas regiões metropolitanas de Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba, além das aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba e da unidade regional Bragantina .

Encontrar os instrumentos adequados para responder ao planejamento da Macrometrópole foi um grande desafio. Assim, foi publicado o Plano de Ação da Macrometropole Paulista (PAM 2013-2040), cujo objetivo foi a construção de uma carteira de projetos de curto, médio e longo prazos e seu modelo de governança. O Plano já está institucionalizado pelo Governo do Estado de São Paulo e vem orientando o Plano Plurianual (PPA) e outras ações de governo.

Também foram desenvolvidos planos e sistemas habitacionais para quatro das cinco regiões metropolitanas do Estado – São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba e Litoral Norte. O trabalho reúne informações analíticas para subsidiar o Estado e os Municípios com instrumentos que permitam a escolha mais adequada dos diversos programas habitacionais, considerando os aspectos legais, institucionais, ambientais e de desenvolvimento urbano.

Foram criados, ainda, sistemas integrados entre os três entes federativos para acompanhamento da demanda e do atendimento a beneficiários, além de dois sistemas dinâmicos de consulta e atualização permanente do conteúdo dos Planos, denominados SIHAB Município e SIHAB Metrôpole.

Atendendo à necessidade de gerar soluções para atender ao padrão de acessibilidade e mobilidade da RMSP, a Emplasa e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô)



firmaram o contrato que resultou na caracterização das áreas de influência das novas linhas a serem implantadas na RMSP. Essa parceria resultou no Atlas de Inserção Urbana de Linhas de Metrô – RMSP, que traz um conjunto inédito de dados e informações técnicas sobre o uso e ocupação do solo, além de análises das interferências das infraestruturas urbanas nos territórios estudados.

A Emplasa foi o primeiro órgão público a disponibilizar para *download* todo o conhecimento técnico produzido nas últimas quatro décadas sobre planejamento no Estado de São Paulo. Sua Biblioteca Virtual reúne informações técnicas do acervo bibliográfico, que é especializado em planejamento metropolitano em São Paulo, no Brasil e nas principais metrópoles do mundo.

Em 2014, completamos 40 anos de atuação e comemoramos nossos resultados e avanços. Somos, hoje, referência em planejamento metropolitano, nos níveis estadual, nacional e internacional, e buscamos em nosso dia a dia conhecer novas práticas capazes de aprimorar os trabalhos já realizados – além de oferecer nosso *know-how* para outras regiões. As quatro décadas da empresa foram celebradas com a publicação de um livro comemorativo, coordenado pelo Grupo de Gestão e Inovação.

Ainda em 2014, a Emplasa realizou seu primeiro concurso público, com o objetivo de renovar seu quadro de funcionários. Foram abertas 91 vagas de níveis médio e superior com a inserção de pessoas com necessidades especiais.

Neste segundo relato, podemos dizer que avançamos em alguns pontos. Daqui para frente, a meta é unir esforços para fortalecer ainda mais a posição de protagonista nacional e internacional da Emplasa – além de prover o território de boa funcionalidade para garantir competitividade, traduzida em emprego e renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.

Renato Pires de Carvalho Viégas

Diretor-Presidente da Emplasa



DIREITOS HUMANOS

1. <i>As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente</i>	
AÇÕES	RESULTADOS
1) Programa Menor Aprendiz	<p>Pensando na geração de renda e inclusão social e econômica de jovens de baixa renda maiores de 14 anos, além de seu desenvolvimento profissional e pessoal, a Emplasa manteve em 2014 o curso de capacitação oferecido pela Camp Nort (Escola Profissionalizante Dr. Luiz Diógenes Zeppelini).</p> <p>A metodologia aplicada continua a mesma dos anos anteriores e utiliza salas de aula como laboratório, onde os jovens vivenciam situações relativas ao dia a dia da empresa e da vida social. Também recebem orientações sobre comportamento, pontualidade, responsabilidade, colaboração, espírito de equipe, competição, honestidade, linguagem, postura, higiene, ética, resgate da autoestima, autoconfiança e cidadania.</p>
2) Programa Jovem Cidadão	<p>Em 2014, a Emplasa seguiu com a parceria com a Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho no programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, cujo objetivo é oferecer a vivência das relações de mercado a estudantes entre 16 e 21 anos que estejam cursando o ensino médio em escolas do sistema público estadual dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.</p> <p>O objetivo do programa é enfatizar o aprendizado, a experiência no universo do trabalho e a formação do jovem e possibilitar o início de uma carreira profissional.</p> <p>Em 2014, 17 jovens passaram pela experiência na Emplasa, capacitando-se para o mercado de trabalho.</p>

2. Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos

AÇÕES	RESULTADOS
<p>1) Saúde laboral</p>	<p>Sempre em busca do bem-estar e saúde dos funcionários, estagiários e prestadores de serviços, a empresa realiza, anualmente, uma campanha de vacinação contra o vírus gripal Influenza/H1N1. Em 2014, 105 pessoas foram imunizadas.</p> <p>Conta, ainda, com o Programa de Gerenciamento e Saúde da Unimed Fesp, por meio da distribuição de <i>folders</i> com recomendações para uma vida mais saudável. São abordados temas como bebida alcoólica, menopausa, atividade física, mamãe saudável, entre outros.</p>
<p>2) Inclusão social</p>	<p>Em 2014, pessoas com necessidades especiais foram inseridas pela Emplasa, por meio do concurso público, nos cargos de Assistente Administrativo (1), de Analista Administrativo (1) e de Analista de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional (1).</p> <p>Foram feitas as adaptações necessárias para que os novos empregados pudessem desenvolver suas atividades, conforme a condição especial de cada um.</p>
<p>4) Gestão do Conhecimento</p>	<p>O Decreto nº 53.963, de 2009, instituiu para toda a Administração Pública Estadual a Política de Gestão do Conhecimento e Inovação. Entretanto, desde 2006 a Emplasa vem atuando nessa linha, seguindo as orientações do Governo Aberto. Criou o Grupo Setorial de Inovação, composto pela diretoria e por representantes de todas as áreas da empresa, com a finalidade de implantar melhorias na produção e na qualidade dos projetos – além de estabelecer competências na criação, preservação, compartilhamento e difusão do conhecimento técnico voltado ao desenvolvimento metropolitano.</p> <p>Em 2014, o Grupo de Gestão e Inovação editou um livro comemorativo dos 40 anos de criação da Emplasa, pontuando os projetos inovadores desenvolvidos ao longo de sua história. Para 2015, serão encaminhadas propostas de facilitação e aperfeiçoamento dos canais de comunicação com o público externo e também com o público interno (em especial os empregados recém-contratados), visando disseminar e consolidar os conceitos teóricos e práticos que regem a Gestão do Conhecimento e Inovação na Emplasa.</p>



RELAÇÕES TRABALHISTAS

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva	
AÇÕES	RESULTADOS
1) Representatividade dos funcionários	<p>Visando à transparência nas decisões e governança da empresa, a Emplasa permite a participação de um representante da Associação dos Funcionários (AFE) nas reuniões semanais da Diretoria Colegiada, porém, sem direito a voto e veto.</p> <p>A diretoria da AFE é eleita pelo voto direto dos associados para um mandato de dois anos. Realiza, periodicamente, reuniões com os Conselhos Administrativo e Fiscal, além de manter contato permanente com os funcionários para prestar informações sobre assuntos de interesse, bem como apurar suas demandas e propostas e encaminhá-las à diretoria da Empresa, no sentido de concretizá-las.</p> <p>A atual diretoria da AFE, que assumiu a gestão em agosto de 2013, participou naquele ano de, aproximadamente, 20 reuniões de diretoria, e de 22 reuniões em 2014.</p>
2) Sindicato dos empregados e patronal	<p>As convenções coletivas têm sido aplicadas e são realizadas diretamente entre os sindicatos dos empregados (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo) e o sindicato patronal correspondente (Sescon-SP).</p> <p>Internamente, a AFE encaminha à diretoria as demandas e reivindicações dos funcionários, visando aplicar a convenção coletiva e ampliar alguns direitos. Em 2013, a correção salarial negociada entre sindicatos foi de 8% para salários de até R\$ 5.350,00 e de 6,38% para salários com valor igual ou superior.</p>



	<p>Em 2014, a correção salarial negociada entre sindicatos foi de 7,50% para salários até R\$ 5.750,00 e, para salários superiores ao referido valor, reajuste de 6,50%, acrescido do valor fixo de R\$ 57,50. O triênio passou de R\$ 43,20 para R\$ 46,45 e o auxílio creche foi de R\$ 232,66 para R\$ 247,30. O vale-refeição, cujo valor ficou congelado durante vários anos, em 2013-2014 teve acréscimo de R\$ 1,00, passando de R\$ 12,00 para R\$ 13,00. Em 2014-2015, passou de R\$ 13,00 para R\$ 15,31.</p>
--	---



4. A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório

AÇÕES	RESULTADOS
1) Não compactuação	A empresa é contra todas as formas de trabalho forçado e obrigatório. Mantém em seu quadro apenas funcionários assalariados e devidamente registrados, que podem se manter ou se afastar do cargo a qualquer tempo.
2) Declaração de fornecedores	A Emplasa contrata empresas cujo representante legal declare situação de regularidade perante o Ministério do Trabalho, não ter impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Estadual e atender às normas relativas à saúde e segurança do trabalho da Constituição Estadual.

5. A abolição efetiva do trabalho infantil

AÇÕES	RESULTADOS
1) Não compactuação	A empresa condena todas as formas de trabalho infantil. Mantém em seu quadro apenas menores vinculados aos programas Menor Aprendiz e Jovem Cidadão (para mais informações, consultar o princípio sobre Direitos Humanos).
2) Declaração de fornecedores	A Emplasa só contrata empresas cujo representante legal declare situação de regularidade perante o Ministério do Trabalho, não tendo impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Estadual.



6. Eliminação da discriminação no emprego

AÇÕES	RESULTADOS
1) Benefícios para colaboradores	<p>Em 2014, a Emplasa contava com 209 colaboradores. Atualmente, são 191 funcionários com direito aos seguintes benefícios: auxílio-refeição, vale-transporte, assistência médica, auxílio-creche (benefício concedido aos filhos de funcionários com até 6 anos e 11 meses de idade), seguro de vida (opcional) e auxílio-funeral. Em 2014, a soma dos recursos movimentados com o pagamento de benefícios superou <u>R\$ 4.042.433,61</u>.</p>
2) Benefícios para estagiários	<p>No sentido de assegurar isonomia e equanimidade na contratação dos estagiários, a Emplasa contrata os serviços da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). O contrato segue as normas do Programa de Estágios do Governo do Estado de São Paulo. O público-alvo são estudantes regularmente matriculados e com presença efetiva em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, recrutados e selecionados por meio de processo seletivo público. Cabe à Fundap firmar convênio com as instituições de ensino, recrutar e selecionar os candidatos conforme o perfil das vagas disponíveis.</p> <p>Na Emplasa, os estagiários têm direito a auxílio- alimentação e a auxílio-transporte por dia útil, além de seguro de vida, que é uma obrigação legal. A jornada é de seis horas diárias, podendo se ausentar por três horas em dias de provas, mediante apresentação do calendário de avaliações da faculdade.</p> <p>Em 2013, 141 estagiários atuaram na Emplasa, entre admitidos e desligados. Em 2014, foram 106, entre admitidos e desligados.</p>
3) Gestão de pessoas	<p>Dando continuidade à modernização da área de Recursos Humanos, em 2014 houve uma "setorização", de modo a conseguir um viés mais voltado à gestão de pessoas.</p> <p>Com isso, foi proposto um planejamento estratégico para</p>



	<p>Recursos Humanos, a ser implementado em 2015, com temas voltados ao cuidado com as pessoas, tais como: qualidade de vida no trabalho; treinamento e desenvolvimento; e preparação para aposentadoria, entre outros.</p> <p>Além disso, a avaliação de desempenho iniciada em 2013, com a implantação do Plano de Cargos e Salários, foi reformulada e consolidada para garantir a plena adequação dos funcionários em suas atividades e a busca da melhoria contínua das pessoas e dos processos.</p>
4) Concurso público	<p>Com o objetivo de renovar o quadro de funcionários da Emplasa, estabelecido e constituído há 40 anos, além de garantir isonomia e transparência ao processo de contratação, em 2013 foi desenvolvido e lançado o primeiro concurso público da empresa. Em fevereiro de 2014, foram realizadas as provas de conhecimento específico (13 variações, conforme a área de interesse) e, no total, foram registradas 15.339 inscrições para 91 vagas de níveis médio e superior.</p> <p>Em maio de 2014, foi homologado o resultado final com publicação no Diário Oficial do Estado, constando duas listas de aprovados, em ordem classificatória e com a pontuação final de cada candidato: uma lista geral contendo todos os classificados e outra somente com os candidatos com necessidades especiais.</p> <p>Em junho de 2014, foram convocados os 55 primeiros aprovados. Em setembro de 2014, outros seis candidatos foram convocados e, em novembro, outros 19.</p> <p>Do total de convocados até o momento, estão efetivados 56 colaboradores, restando para 2015 outros 35.</p>
5) Discriminação (VALIDAÇÃO)	<p>Em 2014, e ao longo da história da Emplasa, não houve qualquer relato de ato discriminatório. De toda forma, a qualquer tempo, eventuais casos de discriminação podem ser comunicados e encaminhados via Ouvidoria, estando sujeitos à sindicância e à lei brasileira.</p>



PROTEÇÃO AMBIENTAL

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais

AÇÕES	RESULTADOS
1) Monitoramento de Impactos do Uso do Solo na Área do Rodoanel	<p>O Rodoanel Mário Covas – SP 021 é um empreendimento viário, cuja principal função é desviar para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo o tráfego de veículos individuais, coletivos e de cargas que estão de passagem em direção a outras regiões do Estado de São Paulo e do país. Quando finalizado terá 176 quilômetros de extensão e interligará 10 rodovias que chegam a São Paulo, melhorando a mobilidade dentro da cidade. O Rodoanel está dividido em quatro trechos: Norte, Sul, Leste e Oeste. Até o momento, apenas os trechos Oeste e Sul estão em operação.</p> <p>A sustentabilidade da obra e seu licenciamento foram precedidos de detalhado trabalho de Avaliação Ambiental Estratégica, moderno instrumento para apoiar a tomada de decisão, que permite compreender a inserção de grandes obras estruturantes no meio ambiente, bem como suas potenciais sinergias e eventuais conflitos com os demais programas e planos de investimento.</p> <p>Uma das iniciativas de gestão ambiental acerca do Rodoanel foi o contrato de prestação de serviço técnico de monitoramento ambiental celebrado entre a Dersa, a Emplasa e a Fundação Seade com apoio do Instituto Florestal, referente ao Trecho Sul.</p> <p>Encerrado em abril de 2013, o contrato previa o monitoramento da dinâmica demográfica, da expansão urbana e da alteração na cobertura vegetal nativa. O objetivo era fornecer referências técnicas capazes de subsidiar políticas e ações de mitigação de eventuais impactos não desejáveis, gerados na fase de operação da rodovia.</p> <p>Também fazia parte de seu objeto contribuir com as instituições de fiscalização e controle ambiental, ao fornecer subsídios para balizar tomadas de decisão ou encaminhamentos a outras entidades competentes, no sentido de assegurar qualidade</p>



	<p>ambiental e ocupação ordenada da área de interesse de monitoria (um território de 2.030 quilômetros quadrados, cuja configuração abrange até 10 quilômetros ao norte e 24 quilômetros ao sul do eixo do Rodoanel).</p> <p>Exigências contratuais para o financiamento do Trecho Norte do Rodoanel com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), levaram a Emplasa a formular o Índice de Valorização Imobiliária. Este indicador estima o impacto da valorização ou desvalorização dos preços de imóveis em decorrência da construção e operação do Rodoanel e está em desenvolvimento em parceria com a Associação de Registradores de Imóveis (Arisp), entidade responsável pelo registro de imóveis no Estado de São Paulo, e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo.</p> <p>Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades na Área de Interesse de Monitoramento (AIM) do Rodoanel:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Validação dos limites dos setores censitários de 2010 para subsidiar o trabalho de delimitação das Unidades Territoriais realizado pela Fundação Seade.✓ Análise dos mapeamentos do uso do solo urbano de 2007 e 2010, para se compreender a dinâmica de urbanização da AIM antes do início das obras de implantação do empreendimento. As duas datas permitiram verificar as alterações ocorridas no período e identificar as áreas em que a expansão urbana ocorre de modo mais acentuado. O conhecimento desse processo permitirá acompanhar e qualificar a expansão ou retração da urbanização da AIM nos períodos subsequentes ao início da operação da rodovia. Essas análises geraram mapas, tabelas e gráficos por classes de uso para o território da AIM e para cada município que a integra nos dois períodos analisados.✓ Reuniões técnicas pautando o desenvolvimento dos trabalhos.
2) Monitoramento do PPA 2012-2015	<p>A participação da Emplasa no monitoramento da execução do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 do Governo do Estado de São Paulo e dos Investimentos Estruturadores do Território da Macrometrópole contempla os setores de transportes, saneamento ambiental e habitação. A Emplasa monitora o impacto dos investimentos programados e/ou realizados via acompanhamento dos projetos e ações estruturantes incluídos</p>

	<p>na peça orçamentária do Governo, tendo como foco a avaliação dos impactos derivados dos investimentos.</p> <p>Para apoio dessas atividades, foi desenvolvido um sistema georreferenciado (SigaGeo), que permite a integração dos dados de uso do solo aos demais sistemas georreferenciados de dados socioeconômicos (Sigplam, UITs e EmplasaGeo), implicando em maior exatidão e amplitude das informações.</p> <p>O principal resultado é a sistematização de subsídios técnicos para o acompanhamento e avaliação de prioridades de investimentos na Macrometrópole, bem como de oportunidades que poderão ser, em períodos subsequentes de planejamento, inscritas nas prioridades e diretrizes expressas nas orientações dos próximos PPAs do Governo.</p> <p>A falta de planejamento integrado de transporte e uso do solo, como se sabe, contribui para piorar a mobilidade urbana, aumentar a pressão por infraestrutura de saneamento e habitação e colaborar para o aprofundamento do fenômeno do espraiamento urbano. O resultado desse processo de apropriação indevida do espaço é o aumento das necessidades de deslocamento da população, deteriorando a qualidade de vida urbana.</p>
<p>3) PAM – Vetor ambiental</p>	<p>Em 2013, no âmbito do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM) 2013/2040 – que estabelece diretrizes, projetos e ações para o território macrometropolitano – foram concluídas as etapas de preparação, diagnóstico e elaboração de cenários, bem como a fase de definição dos vetores de desenvolvimento da MMP.</p> <p>Um dos vetores estruturados é o de desenvolvimento ambiental, tendo em vista o foco de preservação e recuperação de espaços provedores de serviços ecossistêmicos, articulado à perspectiva de utilização sustentável dos espaços protegidos, conforme aparato legal já existente.</p> <p>Para atingir resultados concretos de melhoria do Meio Ambiente, foi definida uma carteira de projetos e ações de natureza ambiental, cujos principais projetos vão além da ampliação das áreas de proteção da MMP e dizem respeito à adoção de novas formas de preservá-las, incluindo-se o conceito de serviços</p>

	<p>ecossistêmicos. Assim, lista-se a seguir os principais projetos da área ambiental do PAM:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Remanescentes Florestais (Política Estadual de Mudanças Climáticas, Pemc, 2009). ✓ Parcerias público-privadas (PPPs) para exploração sustentável das unidades de conservação. ✓ Programa Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). ✓ ICMS Ecológico. ✓ Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (BID/Gesp). ✓ Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSL-PP/BB/Gesp). ✓ Programa de Recuperação de Serviços de Clima e Biodiversidade na Bacia do Rio Paraíba do Sul. ✓ Sistema de gerenciamento de dados ambientais integrados (Projeto Datageo). ✓ Sistema de Apoio à Restauração Ecológica (Sare). ✓ Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II. ✓ Projeto Guarapiranga Sustentável. <p>Teeb – Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água da Macrometrópole Paulista.
<p>4) Avaliação de Impactos Urbanísticos da Implantação de Corredores Metropolitanos de Ônibus na RMSP</p>	<p>Está em curso desde 2013 contrato firmado entre a Emplasa e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) para elaboração de estudos de avaliação de impactos e transformações nas dinâmicas econômicas e urbanas nas áreas de influência das obras de implantação de Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Corredores estudados: Alphaville, BRT Perimetral Alto Tietê e Corredor Itapevi/Cotia.</p> <p>As novas linhas de ônibus que estão sendo projetadas, bem como o redesenho dos terminais urbanos em fase de projeto funcional, com expectativa de implantação em 2021, implicarão em melhor mobilidade urbana, já que as linhas serão reorganizadas e racionalizadas e os ônibus farão caminhos mais curtos. Outros benefícios serão a redução da poluição do ar e sonora e o aumento da frota biarticulada, movida a diesel, com redução de emissão de CO₂.</p>

	<p>O conjunto de estudos para cada um dos corredores abrangeu o levantamento e análises de parâmetros urbanísticos, segundo as legislações municipais, da incidência de legislação ambiental de caráter municipal, estadual ou federal, que regula áreas de proteção e de conservação ambiental nos municípios da área de implantação dos Corredores.</p> <p>Os marcos regulatórios urbanos e ambientais, ao lado de análises demográficas, socioeconômicas e de mobilidade, apontaram dinâmicas municipais e regionais que, associadas a uma análise e mapeamento do uso do solo urbano, permitiram caracterizar as formas de ocupação e perfis socioeconômicos das áreas e suas relações com o emprego. A leitura detalhada e abrangente do território reuniu informações quanto às alterações do uso do solo em curso, sobretudo nas áreas de influência adotadas no estudo: Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII).</p> <p>Foram discriminados os principais fatores que impactam na implantação dos Corredores, tendo sido elaboradas matrizes dos impactos urbanos e ambientais decorrentes das obras e da operação desses equipamentos.</p>
<p>5) Avaliação dos Impactos Urbanísticos da Implantação de Linhas do Metrô na RMSP</p>	<p>Também está em curso, desde 2013, um contrato entre a Emplasa e a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) para elaboração de estudos técnicos de avaliação de impactos urbanísticos e de transformações nas dinâmicas econômicas e urbanas nas áreas de influência de implantação de linhas de metrô na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), abrangendo: Linha 2 –Verde (extensão Estação Vila Prudente a Estação Dutra); Linha 6 – Laranja (Estação Rodovia Bandeirantes a Estação Cidade Líder); Linha 19 – Celeste (Estação Campo Belo a Tancredo Neves) e Linha 15 –Prata (Estação Ipiranga da CPTM a Estação Hospital Cidade Tiradentes).</p> <p>O projeto envolve a elaboração de leituras do território, abrangendo: aspectos físico-estruturantes (geologia, declividade, aptidão física); presença de áreas de risco e contaminadas nas áreas estudadas; ocorrência de investimentos pelo poder público em habitação, saneamento e transportes; a incidência de</p>



	<p>políticas urbanas municipais, apresentando os principais marcos regulatórios (macrozoneamento, Zonas Especiais e Operações Urbanas); análises das principais redes de infraestruturas urbanas (saneamento, energia, transporte público e sistema viário). Envolve, ainda, a análise de impactos urbanísticos, considerando-se os traçados das linhas, a proximidade das estações e de equipamentos de grande porte e a definição de uma tipologia de áreas, estabelecendo situações diferenciadas quanto às necessidades de qualificação e requalificação urbanas.</p> <p>A ampliação dessas linhas de metrô implicará na diminuição do volume de CO₂ emitido pela frota de ônibus da RMSP, uma vez que a circulação dos cidadãos será ampliada com os novos trechos e trens do Metrô e com a integração intermodal de transportes, atuando desta forma na prevenção dos desafios ambientais.</p>
6) Reserva da Biosfera do Cinturão Verde (RBCV)	<p>A Emplasa participa do Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV), criado pelo Decreto 47.094, de 18 de setembro de 2002.</p> <p>A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo é parte integrante da reserva da Biosfera da Mata Atlântica, mas com suas especificidades em função de estar no entorno da Região Metropolitana de São Paulo. Foi criada em 9 de junho de 1994 e abrange 71 municípios próximos à cidade de São Paulo. Possui uma área total de 1.760.311 hectares (ha), sendo 1.540.032 ha de área não urbana e 614.288 ha de área de vegetação.</p> <p>As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou aquáticos estabelecidas para promover soluções que conciliem o desenvolvimento urbano e a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável.</p> <p>Várias ações são deliberadas e acompanhadas pelo Conselho, em busca do desenvolvimento sustentável no território da RBCV.</p> <p>Essas ações concentram-se em três vertentes: meio ambiente e inclusão social, por meio do Programa de Jovens, que promove a inserção social e cursos ecoprofissionalizantes para jovens de regiões periurbanas; Turismo Sustentável e estudo dos serviços ambientais (água, clima, carbono) gerados pela Mata Atlântica no</p>



	<p>entorno das cidades. Esses estudos compõem um dos projetos-piloto da “Avaliação Ecológica do Milênio”, que tem como objetivo estudar as consequências das alterações dos ecossistemas para o bem-estar humano.</p>
<p>7) Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: SMA– Emplasa</p>	<p>Em 2014, a Emplasa, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, realizou seminário dirigido às regiões metropolitanas com o objetivo de capacitar seus municípios para elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Girem). Foram avaliadas as alternativas de arranjos intermunicipais para o equacionamento dos problemas de disposição, tecnologias de tratamento e de redução dos resíduos, de forma a atender as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>Com base nas informações, foi possível identificar as principais demandas dos municípios e as dificuldades para viabilizá-las. Também traçou-se um perfil dos serviços de resíduos sólidos e seus reflexos na qualidade do meio ambiente, orientando a formulação de diretrizes e ações.</p>
<p>8) Conselho Gestor da APA da Várzea do Rio Tietê</p>	<p>A Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê (APAVRT) é uma das mais emblemáticas de conservação ambiental da RMSP, seja pela sua localização – região de cabeceiras do Rio Tietê –, seja pela sua diversidade de recursos naturais. Foi criada pela Lei Estadual nº 5.598, de 1987, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.834/98.</p> <p>A APA abrange áreas urbanas e rurais de 12 municípios da RMSP situados ao longo do Rio Tietê, perfazendo cerca de 7.400 hectares. Sua criação teve como objetivo prevenir os efeitos nocivos da ocupação desordenada das áreas ao longo das várzeas – em especial aquelas sujeitas a inundação.</p> <p>A Emplasa é membro do Conselho Gestor da APA Várzea do Rio Tietê, organismo de caráter consultivo que visa fomentar tanto o gerenciamento dessa parcela territorial, como a implantação de políticas e diretrizes de proteção do meio ambiente nessa área. Nesse Conselho, a Emplasa atua não somente na condição de membro titular, mas também integra, por meio da participação de seus técnicos, os Grupos de Trabalho (GTs) que auxiliam as atividades do próprio Conselho Gestor.</p>



	<p>Desse modo, as ações são desenvolvidas em cinco âmbitos distintos: do Conselho – com discussões e deliberações das ações e atividades; do GT Empreendimentos/Licenciamento – com análises dos empreendimentos de significativo impacto sobre a área da várzea do Rio Tietê; do GT Monitoramento – acompanhamento dos projetos e empreendimentos analisados pelo Conselho; do GT Plano de Manejo – coordenação e acompanhamento do processo de implementação efetiva do Plano de Manejo da APAVRT– e do GT Comunicação Socioambiental – divulgação das atividades e ações do Conselho.</p>
9) Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional (PMDH)	<p>A Emplasa elaborou o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional (PMDH) para o território das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba e Litoral Norte. O trabalho resultou na confecção de 600 mapas e na identificação de 5.509 áreas potenciais ambientalmente estratégicas para a intervenção habitacional, abrangendo 43.903,2 hectares.</p> <p>O PMDH reúne vasto conjunto de informações analíticas, de forma a dotar o Estado e os Municípios de instrumentos capazes de garantir a escolha mais adequada dos diversos programas habitacionais, considerando os aspectos ambientais e de desenvolvimento urbano. São informações georreferenciadas sobre o tema da habitação e desenvolvimento urbano, com vistas ao desenvolvimento urbano e social sustentável da Macrometrópole Paulista.</p>
10) PPP/Risco –Região Metropolitana da Baixada Santista e Litoral Norte	<p>Identificação de áreas de risco e de intervenção integrada como apoio técnico aos estudos de modelagem de Parceria Público-Privada (PPP) em habitação, visando à elaboração de edital de chamamento da Agência Paulista de Habitação Social (Casa Paulista).</p> <p>A abrangência territorial do estudo é a RM Baixada Santista com seus nove municípios, os quatro municípios do Litoral Norte e a RMSP (exceto o município de São Paulo). O atendimento às famílias que moram em áreas de risco é prioritário dentro das ações estratégicas da política de habitação e desenvolvimento urbano sustentável do Estado de São Paulo. Contempla ações voltadas à prevenção, remoção e redução de desastres ambientais, recuperação de áreas degradadas e garantia de qualidade urbana e ambiental. Este trabalho é parte integrante do PMDH.</p>



<p>11) Sistema de Informações Habitacionais e de Desenvolvimento Urbano (SIHAB-SP)</p>	<p>O PMDH é complementado pelo Sistema de Informações Habitacionais e de Desenvolvimento Urbano (SIHAB-SP). São sistemas integrados entre os três entes federativos para acompanhamento da demanda e do atendimento a beneficiários de programas habitacionais e mais dois sistemas dinâmicos de consulta e atualização permanente do conteúdo dos Planos.</p> <p>Este Sistema Integrado foi concebido como subsídio aos cinco eixos estratégicos da Política Habitacional do Estado de São Paulo: Ação Estratégica em Áreas de Risco; Habitação, Proteção Ambiental e Recuperação Urbana de Favelas e Cortiços; Habitação Sustentável no Litoral Paulista; Fundo Garantidor e Subsídios Habitacionais; Cidade Legal e Planejada.</p>
<p>12) Governança Metropolitana</p>	<p>O Projeto Governança Metropolitana foi desenvolvido pela Emplasa, em parceria com o Governo Federal, por meio da Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede (Acordo de Cooperação firmado para o período 2011-2014), tendo produzido em 2014 importantes diagnósticos socioambientais da RMSp sobre os temas dos arranjos institucionais e das funções públicas de interesse comum, com vistas ao desenvolvimento sustentável das RMs (www.ipea.gov.br/redeipea).</p>
<p>13) Programa Mata Ciliar –Macrometrópole Paulista</p>	<p>Subsídios à elaboração do Programa Mata Ciliar da Macrometrópole Paulista, que visa à recuperação ambiental de áreas de mananciais. É um trabalho conjunto entre a Emplasa, a Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, que resultou na edição do Decreto Estadual 60.521/2014 e na seleção de 10 áreas estratégicas de intervenção.</p>
<p>14) Governança dos Serviços Ecosistêmicos da Macrometrópole Paulista</p>	<p>Documento que subsidiou a estruturação do Vetor de Desenvolvimento Ambiental do PAM, transformado em artigo, que foi submetido, aprovado e apresentado em março de 2014 no "<i>International Workshop – Governance of Ecosystem Services: Challenges for Sustainable Development</i>", em Frankfurt, Alemanha (www.bik-f.de/root/index.php?page_id=1009).</p>
<p>15) Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento Metropolitano (Sigplam)</p>	<p>O Sistema de Informações Geográficas para o Planejamento Metropolitano (Sigplam) é um instrumento de planejamento do Governo do Estado de São Paulo, transferido em 2008 para a Emplasa, que compartilha informações com a STM, Metrô, CPTM, EMTU, SSE, Sabesp, IGC, Agem Baixada Santista, PGE, PPI, IPT, Seade, SH, CDHU, SMA, Cetesb, Fundação Florestal, Dersa e</p>



	<p>demais órgãos públicos que possam dele se beneficiar.</p> <p>O Sigplam disponibiliza em ambiente web a cartografia das regiões metropolitanas paulistas, associada a informações socioeconômicas, urbanísticas e ambientais. As informações são usadas no georreferenciamento de redes de infraestrutura e equipamentos urbanos de caráter metropolitano, de modo a promover o planejamento intersetorial e a inserção de aspectos territoriais na definição das estratégias de desenvolvimento econômico e social dessas regiões.</p> <p>O Sistema foi projetado para possibilitar aos órgãos e entidades envolvidos com a expansão de serviços públicos, a identificação prévia de conflitos e oportunidades de associação relacionados com a implantação de suas obras. O Sigplam tem por objetivo facilitar a realização de consultas geográficas e análises territoriais nas áreas em que estão previstas obras públicas, sinalizando prováveis impactos urbanos e ambientais e medidas de mitigação e compensação correspondentes. Mais: identificar carências presentes no território que possam ser atendidas com intervenções associadas às obras; demandas por novos equipamentos urbanos, redes de infraestrutura e instalações comerciais e de serviços geradas pelas obras; e, finalmente, intervenções, que, se associadas às obras, possam aproveitar disponibilidades e potencialidades presentes no território.</p>
--	---



16) Apoio técnico ao Fumefi	<p>O Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi) tem como finalidade financiar e investir na Região Metropolitana de São Paulo, em projetos de interesse metropolitano, tendo a Emplasa como Agente Técnico.</p> <p>Ações previstas:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Certificar a conformidade dos projetos com os planos e diretrizes de planejamento estabelecidos para a região.✓ Proceder ao exame dos documentos relativos à aplicações dos recursos.✓ Praticar, dentro de suas atribuições legais, todos os atos necessários à perfeita conclusão do projeto.✓ Apontar irregularidades. <p>No âmbito geral, a Emplasa contribui para o desenvolvimento integrado e de interesse metropolitano.</p>
------------------------------------	--



8. Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental

AÇÕES	RESULTADOS
1) Práticas administrativas	<p>Com o objetivo de preservar o meio ambiente, em 2013 ações pontuais foram adotadas nas dependências da Emplasa. Exemplo de gestão adequada de recursos é o <i>software</i> utilizado nas impressoras corporativas, que demanda <i>login</i> (fornecido pelo RH) e senha do usuário para que o documento seja impresso ou copiado. A iniciativa foi expandida para todas as unidades da Emplasa em 2014. O objetivo é reduzir a cota de impressões em 2015.</p> <p>O <i>login</i> e a senha permitem maior controle das impressões, reduzindo eventual utilização para fins particulares. Adotou-se a impressão utilizando a frente e o verso do papel, o que anteriormente não era permitido para documentação de processos.</p> <p>Observação constante de somente imprimir com a verificação cuidadosa e criteriosa do documento a ser impresso, evitando-se a perda de impressões por equívocos cometidos.</p> <p>Outra iniciativa nesse sentido foi a substituição de arquivos físicos de cópias de contratos (histórico) por arquivos digitais dos mesmos escaneados, gerando um banco de dados disponível para consulta. Essa prática reduziu, também, a necessidade de requisição de processos guardados em arquivo inativo, diminuindo custos operacionais administrativos.</p> <p>Também em 2014, ocorreram a adequação e reforma de áreas para expansão da Emplasa. As adequações do Edifício Cidade IV, contemplando o 1º e o 2º pavimentos, foi concluída em novembro de 2014, com a implantação de novo <i>layout</i>, novos acabamentos e reforma das instalações elétrica, lógica e de segurança, seguindo determinação do Governo do Estado, que visa a troca de prédios alugados por edifícios de propriedade do governo. A efetiva conclusão das obras envolve um segundo prédio, o Edifício Cidade I, contemplando igualmente os 1º e 2º andares, prevista para maio de 2015.</p> <p>Quanto à contratação de mobiliário, optou-se pela Ata de Registro de Preços da CPOS, minimizando os custos, e pela aquisição de</p>



	<p>275 cadeiras fabricadas nas oficinas da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), instituição dedicada à recuperação de presidiários.</p> <p>De acordo com o novo Sistema Web de solicitação de veículos, a reserva passa a ser feita pela Internet, evitando-se a emissão de solicitações em que não é possível o atendimento por falta de disponibilidade. A iniciativa permite melhor planejamento das atividades pelas áreas solicitantes e pela própria frota, com a consequente redução de formulários emitidos na etapa inicial de solicitação. Com base nesse conceito, está sendo desenvolvido um novo sistema, previsto para entrar integralmente em operação em 2015.</p> <p>De forma semelhante, está em desenvolvimento a Solicitação de Compras pela web. Com a revisão geral dos itens de almoxarifado, foram desativados aqueles em que houve queda significativa da demanda das áreas, a exemplo de diversos cartuchos de impressoras com um único usuário, incentivando a utilização das impressoras corporativas, bem como de formulários impressos, que passaram a estar disponíveis <i>on-line</i>.</p> <p>Vislumbrando a adoção de um Plano Diretor de TI, foram implementados, ainda, os seguintes projetos: aquisição de 100 <i>desktops</i>, atualização tecnológica de ativos de rede e telefonia IP, celebração de contrato de manutenção do Data Center e implementação de <i>Outsourcing</i> de Impressão e Reprografia, colaborando para a promoção da responsabilidade ambiental na empresa.</p> <p>Outras ações são incentivadas na Emplasa para o uso racional dos recursos, com incentivo diário ao desperdício zero, focado na promoção da responsabilidade ambiental.</p>
2) Logística reversa	<p>Em 2014, focada nas boas práticas ambientais, a Emplasa consolidou parceria com os principais fabricantes de produtos de TI. Já no final do ano, no âmbito do Programa de Reciclagem, modalidade Logística Reversa do fabricante Hewlett-Packard (HP), foram descartados 118 discos magnéticos do tipo LTO, substituídos por outros com maior capacidade de armazenamento. Com a fabricante EMC Corporation, na modalidade de troca por um novo, foram reciclados, ao longo do exercício passado, cerca de 30 discos rígidos. Já no âmbito do contrato de <i>Outsourcing</i> de Impressão e Reprografia, envolvendo</p>



	<p>equipamentos da marca Canon, foram reciclados cerca de 45 cartuchos de toner. No decorrer de 2015, está previsto estender a parceria com outros fabricantes como a Furukawa, líder na fabricação de cabos de rede.</p>
3) Programa Melhoria do Gasto Público	<p>A Emplasa participa do Programa Melhoria do Gasto Público, uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo desenvolvida pela Secretaria de Governo, que visa reduzir despesas, seja em novas aquisições, seja no consumo de energia elétrica, ou em um melhor gerenciamento de suprimentos. Uma das ações do programa prevê o envio de dicas semanais por e-mail aos funcionários públicos, incentivando o desperdício zero e a proteção ambiental.</p> <p>Em 2014, o esforço conjunto na empresa resultou na economia de 22,47% no consumo de papel A4 e de 5,13% no papel A3.</p>

9. Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente

AÇÕES	RESULTADOS
<p>1) Difusão de novas tecnologias</p>	<p>Desde meados da década de 1980, a Emplasa vem envidando grandes esforços para adotar a tecnologia digital na produção de informações geográficas e no desenvolvimento de projetos voltados ao planejamento metropolitano.</p> <p>Sendo uma das pioneiras no uso das tecnologias CAD (<i>Computer Aided Design</i>) e SIG (Sistema de Informação Geográfica), hoje é possível afirmar que todos os projetos se desenvolvem sobre um importante banco de dados espacial e utiliza as mais atualizadas tecnologias disponíveis.</p> <p>Os dados geográficos – além de toda a produção de conhecimento e, em especial, a memória técnica da Emplasa – são amplamente distribuídos e utilizados pelos órgãos e entidades de governo para subsidiar os planejamentos urbano e ambiental (incluindo os planos diretores municipais), como também para atividades docentes e pesquisas acadêmicas, usos esses na sua maioria em benefício do meio ambiente.</p>
<p>2) Projeto Mapeia São Paulo</p>	<p>Em 2013, foi concluída a 1ª Etapa do Projeto de Atualização Cartográfica do Estado de São Paulo (Mapeia São Paulo), que produziu o Levantamento Aerofotogramétrico, Apoio de Campo, Aerotriangulação, novo Modelo Geoidal, Modelos Digitais de Superfície e Ortofotos (imagens aéreas com alta resolução, ortogonalmente corrigidas) para todo o Estado de São Paulo.</p> <p>Todo o processo de produção utilizou tecnologias digitais e a maioria dos produtos finais encontra-se em meio digital.</p> <p>A 2ª Etapa, que prevê a contratação de serviços de Restituição e Reambulação de elementos relativos a 13 categorias de informação (altimetria, hidrografia, sistema viário, vegetação, entre outras), na escala 1: 10 000, aguarda recursos orçamentários, para execução dos trabalhos na área da</p>



	<p>Macrometrópolis.</p> <p>A Emplasa obteve financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) para execução do Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, na escala 1:10 000. Devido ao período eleitoral, a legislação vigente impediu o andamento do projeto, que está sendo retomado em 2015.</p>
3) Cessão de produtos cartográficos e geoespaciais	<p>O grande volume de dados resultante do projeto vem sendo amplamente distribuído, sem qualquer ônus, para os entes das esferas federal, estadual e municipal, entre outros, além de Organizações não Governamentais (ONGs), docentes e discentes.</p> <p>A Emplasa licencia o uso desses e dos demais produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano, por meio de contratos de licença de uso. Desta forma, compartilha com outras esferas os produtos e o conhecimento adquirido em favor da população – sem onerar duplamente o Estado.</p> <p>De 2010 a 2014, a cessão de produtos cartográficos correspondeu a aproximadamente R\$ 600 milhões.</p>
4) Sistema de visualização de dados	<p>A adoção pela Emplasa de tecnologia de ponta (geoespacial e em nuvem) possibilitou o lançamento, em 2013, do Sistema de Visualização de Dados, que permite consulta pública para visualização e impressão das Ortofotos do Projeto Mapeia São Paulo, com a garantia de origem dos dados.</p> <p>Em 2014, cinco mil usuários estavam inscritos no Sistema de Visualização de Dados. A iniciativa beneficia diretamente gestores públicos (municipais, estaduais e federais), o setor privado, o poder judiciário, acadêmicos e o cidadão interessado no tema.</p> <p>O acesso pode ser feito pelo link <www.mapeiasp.sp.gov.br> ou pelo Portal EmplasaGeo, no site da Emplasa.</p>
5) Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais	<p>Está em processo final de implantação o Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais da Emplasa. O complexo Sistema tem por objetivo garantir a qualquer interessado amplo acesso às principais coleções de produtos</p>



	<p>cartográficos do acervo do Sistema Cartográfico Metropolitano da Emplasa, como fonte de informação oficial, segura e precisa.</p> <p>O Sistema permite, além da consulta visual, a impressão e a aquisição de dados geoespaciais via <i>e-commerce</i>, como originais cartográficos, ortofotos, fotos aéreas e informações no formato vetorial. A seleção de dados pode ser feita por região metropolitana, por município, a partir de endereço ou informando as coordenadas do local. Sua utilização é possível em qualquer dispositivo com acesso à Internet, garantindo, dessa forma acesso fácil, ágil e gratuito aos produtos geoespaciais da Emplasa, por órgãos públicos, estudantes e quaisquer usuários.</p>
6) Digitalização dos Mapeamentos Sistemáticos e Temáticos do Sistema Cartográfico Metropolitano	<p>A Emplasa vem conduzindo, ao longo dos últimos anos, o Projeto UCAGEO, que compreende a Digitalização dos Mapeamentos Sistemáticos e Temáticos do Sistema Cartográfico Metropolitano (SCM). Utilizando recursos internos, executou até o final de 2014 cerca de 90% da digitalização (matricial), tratamento e georreferenciamento dos produtos do acervo cartográfico do SCM.</p> <p>Cerca de 25% do total dos mapeamentos temáticos foram vetorizados e encontram-se disponíveis para utilização.</p>
7) Catálogo de Dados Geográficos Abertos e Geoserviço	<p>O Banco de Dados de Informações Geográficas, agora disponível para a sociedade, destaca e divulga lista de dados geográficos abertos e produzidos pela Emplasa. A iniciativa facilita o conhecimento da informação geográfica produzida, melhora o acesso e o uso integrado com dados de outras instituições, apoiando a tomada de decisões e agregando valor ao dado produzido pela Emplasa.</p> <p>Em 2014, as unidades da Emplasa intensificaram o processo de cadastro e disponibilização de seus dados aos usuários, por meio da plataforma web gratuita denominada Geonetwork, que segue a regulamentação do Open Geospatial Consortium (OGC), bem como as recomendações da INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais).</p> <p>Para que o acesso aos dados geográficos armazenados no banco de dados espaciais da Emplasa ocorra de forma plena e irrestrita, a empresa submete-os à publicação por meio do Geonetwork, na</p>

	<p>forma de Geoserviço Geográfico, chamado WMS. O procedimento atende à legislação que estabeleceu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais do Brasil (INDE), de acordo com o Decreto Federal 6.666/2008, bem como ao Decreto Estadual 58.052/12, que regulamentou a Lei Federal 12.527/11, relativa ao acesso às informações públicas, que recomenda a tecnologia como forma de compartilhar dados públicos de características geográficas.</p>
<p>8) Facilitando o acesso aos produtos do SCM por meio de geoserviços</p>	<p>De forma a garantir acesso ágil e eficaz aos produtos cartográficos da Emplasa, iniciaram-se em 2014 os trabalhos para a disponibilização de dados gratuitamente, por meio de geoserviços (WMS). Estes possibilitam acesso direto aos dados disponíveis, tanto no banco de dados da Emplasa como os localizados em "nuvem", por meio do uso de sistemas de informação geográfica e recursos da web. Em 2014, foram disponibilizados, por intermédio de geoserviços, cerca de 3.000 produtos, entre mapas sistemáticos, temáticos e ortofotos (imagens).</p>
<p>9) Digitalização das fotografias aéreas do Sistema Cartográfico Metropolitano</p>	<p>Ainda fazendo uso de tecnologia digital, a Emplasa realizou a digitalização das fotografias aéreas do acervo do Sistema Cartográfico Metropolitano (SCM), relativos aos anos de 1972 a 1989, que se encontra sob sua gestão. O projeto envolveu a digitalização de aproximadamente 34 mil fotografias. Hoje, a Emplasa conta com todo o seu acervo de fotos aéreas em meio digital. Em 2014, foi iniciada a venda e a cessão direta desses produtos ao usuário final, sem intermediários.</p>
<p>10) Da Biblioteca Virtual à criação da Biblioteca Multimídia</p>	<p>Reafirmando seu compromisso de compartilhar o conhecimento produzido sobre Planejamento Metropolitano no Estado de São Paulo, a Emplasa destaca-se por ter revolucionado o processo de disponibilização desse conhecimento ao cidadão.</p> <p>Por meio da Biblioteca Virtual, cerca de 40 mil usuários de vários países fizeram, até dezembro de 2014, <i>download</i> dos acervos técnicos da Emplasa e do Gegrn.</p> <p>A principal meta a ser alcançada em 2015 é a criação de uma biblioteca multimídia para oferecer aos usuários outros meios de se apropriar do conhecimento produzido pela Emplasa sobre o fenômeno metropolitano no Estado de São Paulo.</p>

	<p>Do ponto de vista ambiental, ao possibilitar o acesso aos estudos, planos e projetos desenvolvidos com o objetivo de planejar o uso e a ocupação do solo na Macrometrópole Paulista, a Emplasa, mais uma vez, assume o compromisso com a gestão do conhecimento, a transparência e o acesso livre à informação pública.</p>
<p>11) Modernização dos Sistemas de Informação Geoespacial</p>	<p>O processo de modernização do Sistema de Informação Geoespacial da Emplasa foi determinante para viabilizar o Sistema de Visualização de Dados, tendo continuidade em 2014.</p> <p>Visando à melhoria da qualidade das publicações georreferenciadas disponibilizadas na web, foram desenvolvidos e implantados novos sistemas, bem como melhorados os sistemas existentes, com a adoção da metodologia Google de armazenamento e disponibilização de dados em nuvem.</p> <p>Sistemas desenvolvidos em 2014:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Sistema de Acompanhamento de Projetos Prioritários do Governo do Estado de São Paulo, georreferenciado (Sigageo) – www.sigageo.sp.gov.br. (ii) Site de visualização das Unidades de Informações Territoriais (UITs GEO) – www.uitgeo.sp.gov.br. (iii) Site de visualização dos dados do Projeto do Rodoanel. Publicação dos resultados advindos das análises das Áreas de Interesse de Monitoramento (AIM) do Rodoanel Mario Covas – www.rodoanel.emplasageo.sp.gov.br. (iv) Site Sihab-São Paulo – Ambiente de visualização de dados habitacionais executado no âmbito do contrato entre a Emplasa e a Secretaria da Habitação, que trata do Sistema Integrado de Demanda Habitacional – Regiões Metropolitanas – www.sihab.emplasageo.sp.gov.br (v) Site Classes SigEmplasa – Aplicativo voltado aos usuários de Geoprocessamento da Emplasa, destinado à pesquisa do conteúdo do banco de dados geoespaciais SigEmplasa – http://10.7.64.91/classesigemplasa/.



	<p>Aplicação de melhorias em produtos legados (evolução):</p> <p>(i) Sistema de Compartilhamento de Dados (SCD). Migração do site para a tecnologia em nuvem – www.scm.emplasageo.sp.gov.br.</p> <p>(ii) Sistema de Visualização de Dados do Projeto Mapeia SP – http://www.mapeiasp.sp.gov.br.</p> <p>(iii) Sistema EmplasaGeo – Geoinformação para o Cidadão – http://www.emplasageo.sp.gov.br.</p>
12) Gestão do Conhecimento – Capacitação interna em geoprocessamento	<p>Foram realizados treinamentos básicos e avançados da ferramenta de geoprocessamento utilizada nos trabalhos desenvolvidos pela Emplasa.</p> <p>Os treinamentos propiciam, sobretudo aos novos funcionários aprovados no concurso público e aos estagiários das várias diretorias, condições técnicas para desempenharem as atividades que envolvem manipulação de dados geográficos pertinentes a cada unidade, tais como: elaboração de mapas, análises espaciais, análises por atributo e interpretações sobre imagens, essencialmente em ambientes digitais.</p> <p>Estes treinamentos são realizados desde agosto de 2012, conforme demandas apontadas pelas unidades da Emplasa, tendo sido constituídas 20 turmas até dezembro de 2014, atendendo a 148 colaboradores.</p> <p>Como resultados desta ação, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Redução do tempo de adaptação dos novos colaboradores à rotina de trabalho em geoprocessamento.✓ Valorização do estágio, por agregar conhecimento técnico em área relacionada ao curso universitário.✓ Diminuição do número de chamados ao suporte técnico interno pela falta de conhecimentos básicos em geoprocessamento.✓ Uniformização do conhecimento das equipes técnicas da empresa, facilitando seu crescimento técnico.✓ Economia de recursos da empresa, seja pela



	<p>internalização dos treinamentos, seja pela diminuição do tempo gasto em orientações pontuais, correções e retrabalhos.</p> <p>Destaca-se a disponibilização de ambiente dedicado a treinamentos na Emplasa, junto à filial da rua Boa Vista, 84.</p>
--	---



ANTICORRUPÇÃO

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno

AÇÕES	RESULTADOS
1) Auditorias de contas	<p>No sentido de assegurar idoneidade e transparência, a Emplasa é auditada, anualmente, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pela Secretaria da Fazenda e por uma auditoria independente.</p> <p>A auditoria do Tribunal de Contas analisa a listagem com todos os contratos celebrados no exercício anterior, sob a ótica da modalidade da licitação ou sua dispensa, sendo feita a fiscalização <i>in loco</i> das contas da empresa e dos processos. Já a auditoria da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Centro de Controle e Avaliação) tem como objetivo verificar a situação econômico-financeira da empresa, enquanto que a auditoria independente avalia os processos e fluxos contábeis e emite opinião sobre o balanço patrimonial.</p> <p>O resultado da auditoria de 2013 pode ser assim resumido: o processo do Tribunal de Contas (TC-1523/026/13) foi analisado pela 6ª diretoria de fiscalização, que solicitou esclarecimentos, sendo prontamente atendida.</p> <p>O resultado da auditoria de 2014 pode ser assim resumido: o processo do Tribunal de Contas (TC-848/026/14) está em análise, sem posição até o momento.</p> <p>Já a Auditoria Independente emitiu parecer sem ressalvas, afirmando que as demonstrações contábeis, quando lidas em conjunto com as notas explicativas, apresentam, de forma correta e adequada, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da empresa.</p>
2) Modelos de contratação	Focados na transparência, nossos modelos de contratação seguem a legislação vigente, em sua maioria nas modalidades de Pregão Eletrônico ou Dispensa de Licitação.



	<p>Em 2014, foram abertos 17 processos de licitação, sendo 15 na modalidade de Pregão Eletrônico e dois na modalidade de Concorrência. Destes, 12 foram realizados com sucesso, gerando Contratos Administrativos (CAD), equivalentes a 70,59%; cinco não prosperaram (29,41%), três por encerramento antecipado da BEC, em 24/11/14. Não prosperaram efetivamente as duas concorrências. Não houve qualquer processo revogado ou fracassado.</p> <p>Considerados os pregões realizados com sucesso, as Ofertas de Compra (OCs) representaram o montante de R\$ 2.006.302,47, que resultaram no montante contratado de R\$ 1.444.531,81, havendo uma economia global de 28%, correspondente a R\$ 561.770,66.</p> <p>Para participar das licitações, as empresas precisam ser declaradas idôneas pelo Poder Público, ou seja, não podem estar sob falência, concordata ou recuperação judicial e extrajudicial; devem estar desimpedidas para licitar e contratar com a Administração e quaisquer de seus órgãos descentralizados; não podem ser dirigentes da Emplasa ou do Governo do Estado de São Paulo e de suas entidades vinculadas; ou ser empresa estrangeira que não funcione no País. Em 2014, os serviços contratados mediante o modelo de dispensa de licitação somaram 24, representando um valor total de praticamente R\$ 2.962.000,00. Por inexigibilidade de licitação, foram contratados cinco serviços, que somaram cerca de R\$ 769 mil.</p>
3) Ouvidoria	<p>Visando facilitar o acesso às informações da empresa e para que os cidadãos possam se manifestar em relação à sua atuação, nossa ouvidoria dispõe para os usuários do atendimento pessoal, por telefone ou via eletrônica, pelo e-mail: ouvidoria@emplasa.sp.gov.br.</p> <p>Por meio da Ouvidoria, foram feitos 47 contatos no 1º semestre de 2014, e 36, no 2º. Estas manifestações englobam em sua maioria pedidos de informação, seguidos de elogios e reclamações.</p>



	<p>Em resumo, em função do perfil de serviço que a Emplasa oferece ao usuário, a Ouvidoria opera mais como um canal de informação complementar para o cidadão. Quando ele adquire um produto (mapa, parecer técnico, etc.), é comum elogiar o bom atendimento da empresa.</p>
4) Modelo de empresa dependente	<p>Baseada na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 2º inciso III, a Emplasa está enquadrada como empresa dependente do Tesouro Estadual, em razão de receber recursos para custear parte das suas despesas.</p> <p>O custeio é proveniente do Estado e isso implica em controle e verificação de todas as contas, assegurando retidão no uso da verba pública.</p> <p>Em 2014, 78% da verba da Emplasa foi oriunda do Governo e 22% de recursos próprios, mediante a venda de materiais cartográficos, entre outros.</p>
5) Governança	<p>A sociedade denominada Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A (Emplasa) é parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se por seu estatuto social, pela Lei Federal no 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.</p> <p>A Emplasa é administrada por uma Diretoria Colegiada, integrada por cinco diretorias, pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal.</p> <p>O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Emplasa, é composto por no mínimo três e no máximo 11 membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>O Conselho Fiscal é responsabilidade do acionista controlador (Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo). Em 2014, este conselho contava com três membros, eleitos pelo período de um ano.</p>



	<p>O Diretor-Presidente da sociedade integra o Conselho, mediante eleição da Assembleia Geral. As diretorias possuem mandatos bianuais e também compõem a governança da Emplasa. São elas: presidência, vice-presidência, administrativo-financeira, planejamento e gestão de projetos.</p>
<p>6) Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab)</p>	<p>A Emplasa participa do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab) desde sua criação, em 1991. O Graprohab tem como objetivo centralizar, agilizar e, sobretudo, organizar os procedimentos técnicos e administrativos de licenciamento do Estado para a implantação de empreendimentos para fins residenciais (parcelamento de solo, condomínios e conjuntos habitacionais), visando à transparência dos processos junto a todos os órgãos que compõem o colegiado.</p> <p>Atualmente, o Graprohab é constituído por representantes das seguintes instituições estaduais, conforme definido no Decreto nº 52.053, de 13 de agosto de 2007: Secretaria da Habitação, Secretaria do Meio Ambiente, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Participam das reuniões destinadas à análise dos projetos, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades ligados à área habitacional, como o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (Secovi-SP), Associação de Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano (AELO) e Conselho Regional dos</p>



	<p>Corretores e Imóveis (Creci).</p> <p>A atuação da Emplasa no Graprohab se dá no âmbito das cinco regiões metropolitanas paulistas – São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba, compreendendo 133 municípios.</p>
--	---